

CETROS, COROAS E TRONOS INVISÍVEIS: A COLONIALIDADE COMO FORÇA MOTRIZ AOS GOLPES DE ESTADO NA REGIÃO DO SAHEL ENTRE 2020 E 2023

INVISIBLE SCEPTERS, CROWNS AND THRONES: COLONIALITY AS A MOTIVE FORCE FOR COUPS D'ÉTAT IN THE SAHEL REGION BETWEEN 2020 AND 2023

Igor Fernandes Matos¹

Resumo: Este estudo investiga a relação de causalidade entre a colonialidade e os golpes de Estado na região do Sahel entre 2020 e 2023. Para tal, divide-se o presente em artigo em três seções. Em primeiro momento, contextualiza-se o processo de colonização como um processo de internalização do imaginário cultural europeu como o único modo de interação com a natureza, com o mundo social e com a própria subjetividade. Num segundo momento, apresenta-se o conceito de Colonialidade, conceito crucial no âmbito da Teoria Decolonial. Para o alcance de tal objetivo, utiliza-se uma abordagem bibliográfica, destacando-se escritos de Aníbal Quijano, Enrique Dussel e Ramón Grosfoguel. Por fim, na terceira seção, busca-se examinar como os padrões de poder eurocêntrico cristalizados pela colonialidade moldaram as relações sociais, políticas e econômicas no Sahel, criando condições propícias para instabilidades políticas e golpes. Quanto à metodologia adotada, o presente estudo se caracteriza como exploratório, qualitativo e bibliográfico, apoiando-se, principalmente, nos escritos dos autores supracitados. Dessa forma, a partir das contribuições bibliográficas consistentes para o embasamento desta pesquisa, verificou-se que a colonialidade cristalizou-se na política internacional, subordinando os Estados africanos do Sahel a uma posição subalterna com instituições políticas frágeis baseadas em valores eurocêntricos impostos na intersubjetividade do sujeito africano e a uma economia instável e dependente daquele que um dia foi seu algoz. Assim, conclui-se que os cetros, coroas e tronos coloniais ainda sobrevivem, mesmo que de forma invisível.

Palavras-chave: Colonialidade. Colonização. Eurocentrismo. Golpe de Estado. Sahel

¹ Acadêmico do curso de Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. E-mail: igor.fmatos@hotmail.com. Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Graduação em Bacharel de Relações Internacionais da Unisul. 2023. Orientador: Prof. Me. Murilo da Silva de Medeiros.

Abstract: This study investigates the causal relationship between coloniality and coups d'état in the Sahel region between 2020 and 2023. To this end, this article is divided into three sections. First, the process of colonization is contextualized as a process of internalization of the European cultural imaginary as the only way of interacting with nature, the social world and subjectivity itself. Secondly, the concept of Coloniality is presented, a crucial concept within Decolonial Theory. To achieve this objective, a bibliographical approach is used, highlighting the writings of Aníbal Quijano, Enrique Dussel and Ramón Grosfoguel. Finally, the third section examines how Eurocentric power patterns crystallized by coloniality have shaped social, political and economic relations in the Sahel, creating conditions conducive to political instability and coups. As for the methodology adopted, this study is characterized as exploratory, qualitative and bibliographical, relying mainly on the writings of the aforementioned authors. Thus, based on the consistent bibliographical contributions to this research, it was found that coloniality crystallized in international politics, subordinating the African states of the Sahel to a subordinate position with fragile political institutions based on Eurocentric values imposed on the intersubjectivity of the African subject and an unstable economy dependent on the one that was once their tormentor. The conclusion is that colonial scepters, crowns and thrones still survive, albeit invisibly.

Keywords: Coloniality. Colonization. Eurocentrism. Coup d'etat. Sahel.

1 INTRODUÇÃO

É empírico afirmar que a colonização da África conferiu ao continente diversos desafios não só à época, mas também na atualidade. Entre os desafios, os golpes de Estado têm se mostrado como eventos recorrentes, impondo interrupções abruptas à estrutura política e ao desenvolvimento socioeconômico, como o ocorrido entre 2020 e 2023 em Estados da região do Sahel, como Burkina Faso, Chade, Mali, Níger e Sudão. No entanto, para compreender plenamente a natureza e as raízes desses golpes, é preciso mergulhar nas narrativas históricas, onde se encontra a persistente sombra da colonialidade. Dessa forma, a complexa relação entre a colonialidade e os golpes de Estado na África demonstra como as estruturas e mentalidades formadas durante o período colonial ainda exercem uma notável influência nas dinâmicas políticas atuais.

Até 1880, cerca de 80% do território africano era governado por seus próprios líderes, como reis, rainhas, chefes de clãs e linhagens, em uma diversidade de impérios, reinos,

comunidades e entidades políticas. No entanto, nos trinta anos seguintes, ocorreram mudanças notáveis nessa realidade. Em 1914, com exceção da Etiópia e da Libéria, toda a África encontrava-se submetida à dominação de potências europeias, dividida em colônias de tamanhos variados e com estruturas políticas que não se assemelhavam com as pré-existentes. Nesse período, a África não apenas perdeu sua soberania, mas também foi alvo de uma apropriação de seus valores culturais (BOAHEN, 2010).

Do final da Segunda Guerra Mundial até os anos 1980, o mundo capitalista finalmente aceitou, mesmo que relutantemente, a descolonização política da África. Além disso, o início dos anos 1990 marcou o anúncio do fim do apartheid e do racismo institucionalizado na África Austral (CHINWEIZU, 2010). No entanto, a descolonização política e a independência formal na África não significaram, necessariamente, o fim do imperialismo. Elas representaram, na verdade, uma transformação superficial deste.

A partir das reflexões de autores pós-coloniais e decoloniais, alguns dos quais estarão presentes nas páginas a seguir, é possível afirmar que a dominação colonial não se encerrou com a independência dos países colonizados, mas permanece viva através de um sistema de poder que define os mais diversos padrões e estruturas em um fenômeno denominado por eles de Colonialidade. Embora tenha chegado ao fim, a era dos impérios e das colônias exige desmistificação, uma vez que não é possível mensurar quanto dela ainda persiste (HOBBSAWM, 1987).

É nesse sentido que Aníbal Quijano escreve, pela primeira vez, sobre a colonialidade, atribuindo a ela o termo de “colonialidade do poder”. Ela faz referência, inicialmente, a uma estrutura específica de dominação, através da qual foram submetidas as populações nativas da América, a partir de 1492, no entanto, pode ser estendida para as mais diversas populações que foram submetidas ao imperialismo e ao colonialismo, sobretudo europeu (CASTRO-GOMEZ, 2005).

A característica mais geral da colonialidade do poder é a dominação que não se limita apenas aos meios coercitivos. Dessa forma, o processo de colonização não se conteve apenas à supressão física dos dominados, mas também buscou a internalização do imaginário cultural europeu como o único modo de interação com a natureza, com o mundo social e com a própria subjetividade (QUIJANO, 1992). Assim, Quijano se junta a outros autores da escola Pós-Colonial e Decolonial para discutir e analisar a herança deixada por esse processo e as estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais que dele se originam.

Dessa forma, no presente artigo, objetiva-se evidenciar a causalidade da colonialidade nos acontecimentos políticos mais complexos da atualidade no continente africano: os golpes

de Estado ocorridos entre 2020 e 2023 na região do Sahel. O Sahel é uma região transitória entre o Saara ao norte e as savanas ao sul e que engloba, ao menos, onze países, numa faixa de terra horizontal que se estende da costa do Atlântico à costa do Mar Vermelho. Para além do aspecto geográfico, trata-se de uma área altamente volátil, afetada por uma série de crises, tais como o aquecimento global e a ameaça terrorista, e da qual as metrópoles europeias ainda detém, mesmo que não evidentemente, os cetros, as coroas e os tronos.

O presente estudo se propõe a investigar as complexas interações entre a colonialidade e os golpes de Estado na região do Sahel. A compreensão da influência persistente da colonização no Sahel é essencial para elucidar os fatores inerentes aos desafios políticos e sociais enfrentados pela região atualmente. Dessa forma, espera-se que os resultados desta pesquisa possam enriquecer o campo acadêmico e oferecer reflexões para a população no geral.

No que diz respeito à abordagem do problema, este estudo se configura como qualitativo. A metodologia adotada é de caráter dedutivo, fundamentada na análise de estudos decoloniais e pós-coloniais no campo das Relações Internacionais. No que se refere aos procedimentos de coleta de dados, este estudo se caracteriza como bibliográfico, com consultas em fontes secundárias, incluindo estudos acadêmicos, artigos, monografias e análises especializadas sobre a história colonial na região do Sahel, além de obras de autores clássicos dos estudos decoloniais, pós-coloniais e pan-africanistas. Logo, o presente estudo se caracteriza como sendo exploratório, qualitativo e bibliográfico.

2 PERSPECTIVA HISTÓRICA DA COLONIZAÇÃO NO SAHEL

A presente seção visa expor uma perspectiva histórica do Sahel a partir da sua experiência com a colonização europeia. Para o alcance de tal objetivo, utiliza-se uma abordagem histórica acerca do processo de colonização e busca-se compreender como esse processo tem influência no problema abordado neste artigo: os golpes de Estado ocorridos na região entre 2020 e 2023.

A história recente do continente africano se caracteriza pela marcante influência de elementos externos, que desempenharam um papel significativo na configuração de suas estruturas políticas, econômicas e sociais, sendo estas, permeadas por intensas interferências provenientes de agentes estrangeiros. Essa característica, que tem suas raízes na chegada dos europeus no período da colonização, culminou na perpetuação da África como “O Outro”,

concedendo à região uma condição de alteridade em relação ao núcleo do poder hegemônico (MUDIMBE, 1988).

Nesse sentido, “O Outro” é oposição ao “Eu Europeu”: uma fabricação da identidade dos povos colonizados como atrasados, selvagens e, portanto, passíveis de serem dominados (DOTY, 1996). Logo, a dominação imperial da Europa sobre suas colônias implicou, necessariamente, na institucionalização da representação sobre o “oriental”. Sendo assim, uma das características do poder imperial é que o domínio não se obtém apenas na força e na violência, mas também demanda um componente ideológico. Dessa forma, sem a construção de um discurso sobre “O Outro”, a dominação econômica e política da Europa sobre suas colônias não seria possível (SAID, 1978)².

Historicamente, o Sahel constituiu uma rota de comércio crucial na África, o que, dado o grande potencial econômico da região, levou à ascensão de impérios prósperos como o de Gana, Mali, Songhai e Kanem-Bornu. Esses impérios distinguiram-se por sua notável habilidade em enfrentar as condições desafiadoras da região. Suas avançadas técnicas agrícolas viabilizaram o cultivo sustentável, proporcionando uma base sólida para o sustento das populações em crescimento. Ademais, essas civilizações se destacavam na extração e no comércio de preciosidades como o ouro, sal e outros recursos, enriquecendo não apenas suas próprias sociedades, mas também moldando as rotas comerciais que se estendiam por vastas áreas do continente africano e alcançando, inclusive, o sul da Europa (VIDROVITCH, 2011).

A riqueza e a prosperidade dessa região atraiu a atenção dos europeus, que desde o século XV, no período das Grandes Navegações, vagavam terras longínquas em busca de riquezas e iguarias. Os europeus, que à época assistiam o declínio de suas colônias na América, desenvolveram um crescente interesse em dominar o continente africano, que até então, era visto somente com fins comerciais. O continente era observado pela burguesia europeia em ascensão como uma rica fonte de matérias-primas e recursos naturais a céu aberto, esperando apenas para serem exploradas (TRAUMANN; MENDES, 2015).

Ademais, os mercados europeus estavam completamente saturados. A Grã-Bretanha, como líder da Revolução Industrial e possuidora do maior império da época, havia alcançado um estágio de desenvolvimento no qual a próxima etapa envolvia a busca pela expansão de mercado. Esse impulso conduziu diretamente às corridas coloniais na África durante o século XIX. Nesse contexto, o Estado assumiu o papel de patrocinador, organizador e conquistador, enviando exércitos para ocupar territórios, reprimir resistências e formalizar partilhas com

² Edward Said, na verdade, escreveu sua tese “Orientalismo” voltado à Ásia e ao Oriente Médio. No entanto, este artigo faz uso dela, estendendo-a à África.

outras potências europeias. Esse período marcou o desbravamento da última fronteira de conquista europeia e desencadeou uma intensa competição entre as potências, culminando na Primeira Guerra Mundial (TRAUMANN; MENDES, 2015).

Com a realização da Conferência de Berlim (1884-1885), o continente africano foi partilhado entre as potências europeias. As fronteiras dessas novas colônias foram estabelecidas de forma arbitrária, atendendo aos interesses dos colonizadores e resultando na divisão dos territórios habitados pelos povos locais. O Sahel foi majoritariamente dividido entre Grã-Bretanha, englobando, principalmente, o que hoje é Sudão e Sudão do Sul, Itália, com Eritreia e Etiópia, e França, abrangendo Mauritânia, Senegal, Burkina Faso, Mali, Níger e Chade. Após a partilha e a imposição do chamado "fardo do homem branco"³, os europeus compeliram sua cultura e língua à população local (VIDROVITCH, 2011). Entre essas potências, a França foi a que mais estabeleceu – e mantém – influência na região.

Três eventos fundamentais impulsionaram a expansão francesa para a África. Primeiro, a derrota da França pelos prussianos em 1870. Em seguida, a percepção de que um poder industrial emergente necessitava de mercados e matérias-primas controladas. Por fim, a antecipação de que a Grã-Bretanha, inimiga tradicional, anexaria grande parte do território à medida que a disputa europeia pela África se encerrava (MCNAMARA, 1989).

A ocupação francesa no Sahel trouxe um novo elemento militar para as interações entre os povos sahelianos e o mundo exterior. Devido à sua mobilidade, os nômades e camelleiros tinham a opção de escolher entre várias formas de resistência, muitas vezes se unindo em torno de líderes muçulmanos e ordens religiosas (ROSS, 1977). No entanto, a escassez de recursos frequentemente limitava a liberdade desses grupos, forçando-os a decidir entre resistir ou garantir a própria sobrevivência (BAIER, 2010).

Com o “sucesso” da dominação política e econômica, a fim de estabelecerem um administração funcional, as metrópoles optaram, na maioria de seus territórios além-mar, por uma doutrina de assimilação: o objetivo era transformar as sociedades colonizadas para que se assemelhassem à cultura e estrutura da metrópole, resultando em uma homogeneização cultural. (MCNAMARA, 1989). No entanto, enquanto os primeiros colonizadores modernos insistiam na assimilação religiosa e cultural – o que se mostrou ineficaz, uma vez que os povos nativos recusaram-se a renunciar às suas práticas religiosas e culturais tradicionais –, os

³ Foi uma expressão usada no contexto do imperialismo europeu nos séculos XIX e XX para justificar a expansão colonial e o domínio sobre territórios e populações em outras partes do mundo, principalmente na África e Ásia. A expressão foi popularizada pelo poeta britânico Rudyard Kipling em seu poema intitulado "O Fardo do Homem Branco" (1899). O poema sugere a ideia de que as nações europeias tinham a responsabilidade moral e civilizatória de governar e "civilizar" os povos considerados menos desenvolvidos, como uma espécie de encargo benevolente.

colonizadores do século XIX enfatizavam a assimilação legal dos colonizados. Abraçar as leis e instituições europeias tornou-se crucial e, embora a assimilação cultural ainda importasse – mas não a conversão religiosa –, ela agora vinha em segundo lugar (BELMESSOUS, 2013).

Contudo, não foi em todos os territórios colonizados em que a doutrina de assimilação funcionou. Mais ao interior do continente, os administradores encontraram culturas muito diferentes daquela em que estavam acostumados a ver na costa do continente (BELMESSOUS, 2013). Dessa forma, os administradores coloniais estabeleceram tratados de proteção com os líderes tradicionais. Estes acordos reconheciam a soberania da metrópole, ao mesmo tempo em que permitiam aos líderes locais continuarem governando seus companheiros, sob uma supervisão leve por parte dos oficiais europeus. Posteriormente, essa abordagem pragmática da realidade africana foi dignificada com o termo “associação” (MCNAMARA, 1989).

Os ecos das doutrinas de assimilação e associação, porém, continuam ainda hoje a animar a discussão sobre a natureza das relações das ex-metrópoles com as suas antigas colônias e a fomentar um debate acerca da herança colonial. Essas doutrinas formaram elites africanas alinhadas aos interesses do colonizador, elites estas que continuam em exercícios após a descolonização formal. É possível observar a influências de ambas as doutrinas na língua, na cultura, nas instituições governamentais, educacionais e legais, assim como nas relações políticas e diplomáticas contemporâneas. É possível, ainda, determinar como essa herança impacta, negativamente, os Estados não mais colonizados. Em algumas regiões, as políticas de assimilação e associação criaram divisões étnicas e políticas que persistem até hoje, o que cria, especialmente em lugares onde as fronteiras coloniais foram desenhadas sem levar em conta as dinâmicas locais, conflitos e instabilidade política.

2.1 REFLEXÕES SOBRE DESCOLONIZAÇÃO E INDEPENDÊNCIA

Os eventos da Segunda Guerra Mundial certamente desempenharam um papel enfraquecedor para as potências coloniais. No caso francês, a ocupação da França pela Alemanha, apesar da subsequente resistência, expôs suas vulnerabilidades, evidenciando para suas colônias que esta não era invencível. No entanto, a força mais poderosa de oposição ao colonialismo na África era constituída pelos próprios africanos, que estavam se organizando de maneira mais eficaz, articulando com maior clareza suas demandas e, em última instância, equipando-se melhor para o conflito (MAZRUI, 2010). Isso, aliado ao fato de que alguns dos grupos empresariais estabelecidos na África já possuíam grau suficiente de autonomia para

operar nas colônias sem depender diretamente do suporte metropolitano, teria fornecido suporte para a implementação de uma política de descolonização gradual e controlada (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2013).

Após a Segunda Guerra Mundial e por mais de uma década, a França buscou, no âmbito de sua política de assimilação e com base no princípio da indivisibilidade da república, criar mecanismos que preservasse o *status quo*⁴. Esse processo foi acompanhado pela especificação das economias e das reivindicações particularistas, sejam elas de natureza étnico-cultural ou econômica, o que tornou a construção de grandes Estados nacionais e economias robustas e integradas uma tarefa impossível (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2013).

O iminente final da Grande Guerra desencadeou reações por motivos já mencionados, mas também devido a uma súbita mudança no status político. A Conferência de Brazzaville (1944), que reuniu governadores e colonos franceses antes da libertação da metrópole, não abriu caminho para qualquer forma de descolonização. Ao contrário, ela excluiu "qualquer ideia de autonomia, e toda possibilidade de evolução fora do bloco francês do Império" (BIYIDI *et al.*, 2006). Tal fato, logo, provocou grande revolta e desencadeou conflitos nas colônias francesas, pois não apenas recusava conceder a independência aos países, mas também negava-lhes o direito ao autogoverno (CANALE; BOAHEN, 2010).

A descolonização, resultando na fragmentação do império em várias nações, tornou-se um obstáculo para o desenvolvimento integrado. Como resultado disso, tanto a negritude quanto o pan-africanismo, que seriam as bases da África descolonizada acabaram se tornando discursos mobilizadores e objetivos em longo prazo. O trabalho imediato era construir o Estado e inseri-lo na política internacional. A tendência para a unificação africana e para uma política internacional integrada foi subordinada às peculiaridades de cada país. Nesse contexto, a França manteve sua influência e a direção da região por meio da Área do Franco, da Francofonia e da ação de suas tropas em apoio a governos que perdiam sua base nacional de sustentação (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2013).

Assim que a independência foi proclamada, a França estabeleceu novas relações com cada Estado recém-descolonizado, baseadas numa nova legalidade internacional: *la coopération*, a cooperação – também chamada por alguns autores de *Françafrique*. Estes laços foram firmados através da assinatura de acordos de cooperação, os quais estabeleceram a França como o principal, e por vezes exclusivo, parceiro desses Estados. Acordos de

⁴ É uma expressão em latim que significa “estado atual”. Estado ou circunstância que se mantém igual ou do modo como estava antes de alterações.

cooperação econômica, monetária, comercial, jurídica, militar e diplomática, bem como acordos de defesa ou relacionados a matérias-primas e estratégicas, permitiram à França exercer controle sobre esses novos países, mesmo após a descolonização destes (BIYIDI *et al.*, 2006). É importante, porém, ressaltar que, apesar de fazer-se uso, aqui, do exemplo francês, o mesmo processo – por vezes, de forma semelhante – ocorreu com as outras ex-metrópoles e suas ex-colônias.

Os franceses foram enviados aos novos Estados para criar as suas novas instituições, estabelecer os seus programas de desenvolvimento econômico, formar os seus executivos e as suas elites. A *Françafrique* garantiu que a França mantivesse um espaço privilegiado de influência na África (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2013). Por meio dessa política de cooperação, a França difundiu seu modelo e abordagens de desenvolvimento, seu modo de pensar, bem como seu sistema jurídico e administrativo. Isso fundamentou o progresso desses países na produção e exportação de matérias-primas, promovendo assim a especialização e a orientação externa de suas economias (BIYIDI *et al.*, 2006).

Além disso, é importante notar que a França – assim como outras recém ex-metrópoles – desempenhou um papel proeminente em intervenções militares na África, frequentemente em auxílio a governos que enfrentavam revoltas populares. A dependência das antigas colônias em relação à antiga metrópole se acentua devido à fragilidade política, originada de diferenças religiosas, étnicas, ausência de coesão territorial e discordâncias de interesses entre a população rural e urbana (CHAZAN *et al.*, 1992).

Embora descolonizados, é de se analisar o nível de independência desses Estados. A independência é um marco específico dentro do processo de descolonização, representando a plena soberania de um país, onde ele se torna completamente autônomo. Com a independência, o país assume a plena responsabilidade pela administração de seus assuntos internos, incluindo a elaboração de políticas, governança, educação, saúde e economia.

O ato formal de descolonização não garante automaticamente a autonomia plena e a eliminação completa das influências coloniais. Isso pode criar um paradoxo entre a retórica da independência e a realidade pós-independência. Essa situação sublinha a complexidade do processo de descolonização e como as relações entre as antigas colônias e suas antigas metrópoles continuam a evoluir de maneiras desafiadoras após a independência, sendo assim, atribuí-se a esse evento o termo de “mitologia da descolonização”.

3 DESAFIOS PÓS-COLONIAIS: A COLONIALIDADE E O EUROCENTRISMO

Esta seção busca apresentar, conceitualmente, a Colonialidade, conceito crucial no âmbito da Teoria Decolonial, enquanto elemento causador dos diversos desafios pós-coloniais na África. Para o alcance de tal objetivo, utiliza-se uma abordagem bibliográfica, destacando-se os textos de Aníbal Quijano, Enrique Dussel e Ramón Grosfoguel, com atenção àqueles relativos à Colonialidade. Assim, busca-se fornecer uma base teórica para que, na próxima seção, possa-se analisar, de forma mais clara, as interações entre a Colonialidade e os golpes de Estado na região do Sahel entre 2020 e 2023.

Isto posto, faz-se interessante iniciar atestando que a colonialidade representa um componente fundamental e distintivo do sistema global de poder capitalista. Sua base está na imposição de uma classificação étnica e racial da população mundial, servindo como elemento central desse padrão de poder. Essa dinâmica opera em todos os aspectos, tanto materiais quanto subjetivos, nos diferentes níveis da vida social cotidiana e na escala societal (QUIJANO, 2009). Seu surgimento e disseminação têm origem na América, ganhando dimensões globais ao longo do tempo.

A discussão sobre a Colonialidade é comumente realizada em ambientes acadêmicos e teóricos, notadamente no âmbito da Teoria Decolonial. Este campo de estudo visa compreender e questionar não apenas as formas históricas de colonialismo, mas também as persistentes hierarquias de poder que resistem após esse período histórico. Assim, a Colonialidade é um conceito teórico que analisa as dinâmicas e legados do colonialismo que perduram além do término do domínio colonial formal (GROSFOGUEL, 2009). Este conceito engloba as estruturas de poder, sistemas de classificação social, padrões culturais e modos de conhecimento estabelecidos durante o período colonial, os quais continuam a exercer influência sobre as relações sociais, políticas e culturais nas sociedades contemporâneas (DUSSEL, 2000).

A Colonialidade se diferencia do Colonialismo, uma vez que este refere-se, especificamente, a uma estrutura de dominação, na qual o controle da autoridade política, dos recursos naturais e da força de trabalho de uma população específica prevalece sobre outra de identidade distinta (GROSFOGUEL, 2009). É inegável que a colonialidade foi produzida dentro do contexto do colonialismo e, ainda mais, sem ele não poderia ter sido imposta na intersubjetividade⁵ do mundo de maneira tão enraizada e prolongada. A colonialidade não é, entretanto, exclusivamente relacionada à dominação de um determinado território, ela se refere a duradouros padrões de poder que emergiram como resultado do colonialismo, mas

⁵ Refere-se à compreensão compartilhada de significados e normas dentro de um grupo social.

que define a cultura, o trabalho, as relações intersubjetivas e a produção do conhecimento (MALDONADO-TORRES, 2007).

Achille Mbembe (2014) corrobora com a contribuição de Quijano à colonialidade enquanto um padrão de poder cujo elemento central encontra-se na imposição da classificação étnica e racial da população mundial. Para o autor, é o conceito eurocêntrico de civilização que determina a construção da inferioridade negra, fazendo com que o elemento negro passe a ser visto como objeto de perigo que, no limite, não pode coexistir. Disso decorrem as políticas de segregação, como o Apartheid, e os mitos de superioridade racial.

Muito antes dos autores já citados, Fanon (1968) argumentava que "o mundo colonizado é dividido em dois" e que o que "divide o mundo é principalmente a pertença ou não a uma determinada espécie, a uma raça específica". Ou seja, a raça é uma estrutura que permeia o sistema-mundo capitalista. O capitalismo se manifesta como racial porque tem suas raízes na escravidão, na invasão, na expropriação, no genocídio e no imperialismo, mas também na hierarquização das pessoas (FANON, 1968, *apud* SILVA, 2021). Nesse sentido, Quijano (2007) afirma que os europeus, enquanto estabeleciam suas relações coloniais, produziram "as discriminações sociais específicas as quais posteriormente foram codificadas como raciais, étnicas, antropológicas ou nacionais".

A colonialidade, sustentada por matrizes coloniais, permite ao império controlar as economias africanas, incluindo a expropriação de terras e a exploração de recursos. Isso resulta na usurpação da autoridade africana, reduzindo os líderes atuais a uma posição subordinada na governança global. Isso, porém, possibilitou o controle de gênero e sexualidade, ao mesmo tempo em que afetou as estruturas das famílias africanas e as formas de educação africana, apresentando formas burguesas ocidentais como um modelo ideal. Por fim, a colonialidade impôs a epistemologia europeia, moldando o desenvolvimento da subjetividade negra (NDLOVU-GATSHENI, 2013).

Ndlovu-Gatsheni (2013) contribui, ainda, ao concluir que a colonialidade articulou, e ainda articula, continuidades de mentalidades coloniais, psicologias e visões de mundo dentro da chamada "era pós-colonial", destacando as relações sociais hierárquicas de exploração e dominação entre ocidentais e africanos, enraizadas em séculos de expansão colonial europeia, mas atualmente incorporadas em relações de poder culturais, sociais e políticas. Outros autores como Spivak, Fanon e Mohanty, tidos como pós-coloniais, no entanto, já estudavam as heranças coloniais pós-descolonização antes mesmo da inauguração da Teoria Decolonial⁶.

⁶ Existe uma certa distinção entre a Teoria Decolonial e a Teoria Pós-Colonial. A análise pós-colonial tem suas raízes na Europa e nos Estados Unidos, que desempenharam o papel de colonizadores, enquanto a perspectiva

Quijano, Mignolo, Dussel, Grosfoguel e outros, porém, trouxeram a discussão para o contexto latino-americano e apresentaram uma perspectiva teórica que permite olhares para além do espaço geográfico, mas também à área ontológica e epistêmica fora do continente americano.

A mitologia da descolonização encobre as continuidades entre o passado colonial e as atuais hierarquias globais coloniais/raciais, contribuindo para a invisibilidade da colonialidade nos dias de hoje. Desde os anos 50 e 60, os Estados periféricos que atualmente são formalmente independentes, conforme os discursos eurocêntricos dominantes, reproduzem ideologias de identidade nacional, desenvolvimento nacional e soberania nacional amparadas aos moldes europeu que produzem meramente uma ilusão de independência, desenvolvimento e progresso. Seus sistemas econômicos e políticos foram moldados por sua posição subordinada em um sistema mundial capitalista organizado em torno de uma divisão internacional de trabalho hierárquica (WALLERSTEIN, 1995, *apud* GROSFOGUEL, 2009).

Padrões eurocêntricos de conhecimento e cultura foram muitas vezes privilegiados, marginalizando as práticas e saberes das culturas colonizadas (DUSSEL, 2000). A persistência da colonialidade na divisão internacional do trabalho significa que as relações de poder estabelecidas durante o colonialismo continuam a moldar as interações globais. Isso inclui a manutenção de estruturas que favorecem certas regiões e grupos em detrimento de outros. O colonialismo contribuiu para a subordinação econômica de regiões colonizadas. Essa subordinação persiste na contemporaneidade, onde muitas antigas colônias continuam a ocupar posições periféricas na economia global (RODNEY, 1975). Dessa forma, a colonialidade está profundamente entrelaçada com a divisão internacional do trabalho, influenciando não apenas as relações econômicas, mas também moldando as dinâmicas culturais, sociais e políticas em nível global (DUSSEL, 2000).

O eurocentrismo é caracterizado pela concepção de conhecimento estabelecida pelos europeus a partir do século XVII, propondo a expansão de um saber considerado único, fundamentado em um padrão de poder colonial, moderno e capitalista (QUIJANO, 2002). Nesse contexto, o domínio e exploração seguem um padrão que conecta raça e capitalismo como dimensões cruciais para a expansão do colonialismo. Este, por sua vez, foi estabelecido com base nos pressupostos de uma matriz de poder. Quijano (2002) conceitua esse modelo de poder, aqui apresentado somente pelo nome de “Colonialidade”, como a Colonialidade do Poder.

decolonial surge do Terceiro Mundo, representando o ponto de vista dos colonizados. Na prática, ambas as abordagens são valiosas, e suas fronteiras nem sempre são claramente definidas. Portanto, neste trabalho, os termos são usados indistintamente, sendo enfatizado um ou outro conforme o texto em questão.

A noção de Colonialidade, originalmente formulada por Aníbal Quijano em 1989 e chamada por ele de “colonialidade do poder”, tornou-se um conceito amplamente adotado por autores e teóricos decoloniais. Sua abordagem destaca a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, originadas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno (BALLESTRIN, 2013). Quijano caracteriza a Colonialidade, na sua essência, pela colonização do imaginário das populações dominadas. A dominação se manifesta primordialmente nos métodos de conhecer, na produção de conhecimento, nas perspectivas formadas, nas imagens e nos símbolos, bem como nos recursos. Os colonizadores impuseram, também, uma imagem mistificada de seus próprios padrões de produção de conhecimento (QUIJANO, 1992, *apud* CASTRO-GOMEZ, 2005).

É importante, no entanto, ressaltar que a colonialidade busca apreender diferentes dimensões e camadas onde o poder é implementado. Coletivamente, essas diferentes dimensões e camadas formam uma matriz colonial do poder. Como Mignolo (2010) pontua, essa matriz colonial de poder é “uma complexa estrutura de níveis interligados” e são eles: o controle da economia; o controle da autoridade; o controle do ambiente e dos recursos naturais; o controle do gênero e da sexualidade; e o controle da subjetividade e do conhecimento (BALLESTRIN, 2013).

A colonialidade, dessa forma, se reproduz em três dimensões: a do poder, a do saber e a do ser⁷ (BALLESTRIN, 2013). A colonialidade, como um poder estrutural em operação na América Latina, deu origem, no contexto ontológico, a um novo paradigma de racionalidade: eurocentrismo. Ao mesmo tempo, o surgimento de um novo sistema de subjugação social também esteve relacionado aos diferentes papéis na divisão do trabalho, possibilitando uma intensificação nas formas de exploração (QUIJANO, 2002).

Como resultado, as perspectivas subjetivas dos povos originários do continente foram apagadas. Nessa construção epistemológica colonial, o conhecimento proveniente da Europa sempre foi considerado como correto, científico, racional e superior, ao passo que qualquer produção originada de outras regiões geográficas foi categorizada como inferior e não racional. A disseminação global dessa concepção contribuiu para o silenciamento e a invisibilidade de outros saberes que não fossem os europeus, em especial, das culturas do sul global, que foram amplamente marginalizadas nesse processo (MAIA; FARIAS, 2020). Tal

⁷ Essa perspectiva destaca não só relações desiguais e opressivas de poder e o controle econômico, mas também o do conhecimento e da identidade que se originaram durante o período colonial e continuam a influenciar as estruturas sociais contemporâneas.

concepção se estende à diversas camadas, seja política, social ou organizacional. O modelo estrutural de organização política europeia foi exportado às regiões subjugadas fora do continente europeu.

A colonialidade, contudo, não é um fenômeno decorrente exclusivamente da colonização africana, ela permaneceu e permanece ativa de diversas maneiras, uma vez que integra o contexto global no qual se desdobram os processos que impactam todos os espaços concretos de dominação. A concentração dos esforços de nacionalização nos Estados modernos da Europa Ocidental, até o século XX, revela, de fato, a imposição global da colonialidade. O eurocentrismo do modelo de poder colonial/capitalista não se originou apenas, e muito menos principalmente, da posição dominante na nova configuração do mercado mundial, mas principalmente da categorização social fundamental da população mundial em torno da noção de raça (QUIJANO, 2002).

Uma vez em que a colonização africana concedeu ao continente o aspecto de “O Outro”, a colonialidade culminou na manutenção deste. Cabe, portanto, na lógica ocidental, ao “Eu Europeu” transformar “O Outro” em seu semelhante – ou o mais próximo disso, acreditando, ou não, numa hierarquia de superioridade/inferioridade. Enquanto no passado a colonialidade foi operacionalizada através da retórica da conversão ao Cristianismo e por meio do argumento da missão civilizatória, atualmente ela é mantida por meio dos conceitos de desenvolvimento, modernização e democratização direcionados à periferia do cenário internacional.

4 A COLONIALIDADE EM PERSPECTIVA: OS GOLPES DE ESTADO NA REGIÃO DO SAHEL ENTRE 2020 E 2023

A relação entre a colonialidade e os recorrentes golpes de Estado na região do Sahel é complexa e profundamente enraizada na história dessa área geográfica. Esta seção busca apresentar a causalidade subjacente a essa dinâmica, examinando como os padrões de poder eurocêntrico cristalizados pela colonialidade moldaram as relações sociais, políticas e econômicas na região, criando condições propícias para instabilidades políticas e golpes.

Entretanto, considera-se, nesta análise, a colonialidade como causa profunda aos golpes de Estado, ou seja, uma causa estrutural. Outras causas, porém, estão no cerne do acontecimento, estas, no entanto, são causas intermediárias e precipitantes, ainda que possam ser entendidas como uma manifestação da colonialidade.

Ao analisar as causas dos conflitos internacionais, Joseph Nye (2011) atribui três níveis de causalidade: precipitante, intermediário e profunda – ou estrutural –, compreendendo que, embora certos acontecimentos sejam o estopim para um conflito, existem causas mais enraizadas neste contexto que precisam ser analisadas mais a fundo. Ao escrever sobre as causas da Guerra da Rússia na Ucrânia, Nye (2022) fez o seguinte comparativo a fim de elucidar melhor os três níveis causais: “pense em fazer uma fogueira: empilhar lenha é uma causa profunda; adicionar gravetos e papel é uma causa intermediária; e riscar um fósforo é uma causa precipitante [...]”.

4.1 CONCEITUANDO GOLPE DE ESTADO

Golpe de Estado é, por vezes, um conceito contestado, uma vez que sua aplicação depende do ponto de vista adotado. Por exemplo, um chefe de Estado em apuros possui incentivos para caracterizar sua oposição como beligerante e golpista, ao passo que a oposição tem interesse em apresentar-se como defensora da liberdade e democracia contra um líder com tendências autoritárias. De maneira análoga, aqueles que promovem golpes frequentemente buscam legitimar suas ações denominando-as como "revoluções" e autodenominando-se como parte de um "movimento" (MARSTEINTREDET; MALAMUD, 2019).

Na maioria das interpretações, o golpe de Estado contemporâneo caracteriza-se pela tomada dos órgãos e prerrogativas do poder político por parte de um grupo militar ou das forças armadas como um todo. Este processo ocorre mediante uma ação súbita, projetada para causar uma surpresa considerável e, de maneira geral, visa a redução da violência intrínseca do ato, com a utilização mínima possível de força física. As consequências mais frequentes de um Golpe de Estado geralmente se traduzem na simples mudança da liderança política, no entanto outra consequência típica desse fenômeno manifesta-se na forma de reorganização da esfera política, visto que é comum a eliminação ou dissolução dos partidos políticos (BARBÉ, 1998).

Uma definição clássica de golpe de Estado é fornecida por Luttwak (1969, p. 12): “Um golpe consiste na infiltração de um segmento pequeno, mas crítico, do aparato estatal, que é então usado para deslocar o governo do controle do restante.” O autor destaca a natureza interna do golpe, com a manipulação de partes do aparato estatal para assumir o controle sobre as alavancas de poder restantes. Luttwak enfatiza que, ao contrário de outros métodos de tomada de poder que contam com a intervenção das massas ou envolvem

combates em larga escala, o golpe de estado é um processo que se baseia no próprio poder do Estado, sem depender, necessariamente, do apoio popular massivo ou de conflitos militares extensivos.

4.2 OS GOLPES DE ESTADO NA REGIÃO DO SAHEL

Desde a independência formal dos Estados que o compõem, o Sahel enfrenta constantes tentativas – por vezes bem-sucedidas – de golpes de Estado. Esta subseção pretende apresentar, de forma sucinta e cronológica, os golpes ocorridos na região no recorte temporal de 2020 a 2023 a fim de fornecer uma base de entendimento para a seção seguinte.

Em Mali, em 18 de agosto de 2020, as forças militares depuseram o presidente Ibrahim Boubacar Keita. Os líderes do golpe, identificando-se como Comitê Nacional para a Salvação do Povo (CNSP) e formado por oficiais de nível médio, dissolveram a assembleia nacional e declararam um toque de recolher nacional. Em outubro do mesmo ano formou-se um governo de transição, no entanto surgiram fissuras entre a CNSP e tal governo e, em 24 de maio de 2021, as forças militares detiveram o presidente e o primeiro-ministro, sendo assim, deu-se a incidência de dois golpes num intervalo de nove meses. Assim, o coronel Assimi Goita assumiu a presidência do governo de transição. Goita comprometeu-se em restituir o poder aos civis após as eleições, programadas para fevereiro de 2024 (CHIN; KIRKPATRICK, 2023).

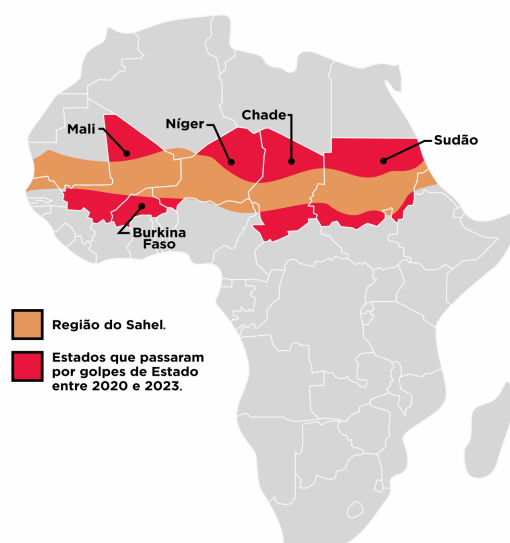
Em Chade, uma intervenção militar ocorreu para assegurar a governança do general Mahamat Idriss Déby após a morte de seu pai, Idriss Déby, no dia 19 de abril de 2021. O falecido líder comandava o país há três décadas e recebia apoio francês. Idriss foi morto em combate durante uma batalha contra a Frente para a Mudança e a Concórdia no Chade (FACT), um grupo rebelde ativo no norte do país. Temendo um vácuo de poder que poderia tornar o regime vulnerável e ameaçar a luta contra os extremistas islâmicos no Sahel, os militares agiram para apoiar o regime de Déby e preservar a natureza militarizada do governo. Eles instalaram seu filho, Mahamat, um general militar de quatro estrelas, como presidente interino. Em 20 de abril, os militares fecharam as fronteiras, suspenderam a constituição, dissolveram o parlamento e o governo, estabelecendo um Conselho Militar de Transição (TMC). Dessa forma, os militares impediram que Haroun Kabadi, presidente da assembleia nacional e próximo na linha de sucessão presidencial conforme a constituição, assumisse o cargo de presidente interino (ENONCHONG, 2021).

No Sudão, em 25 de outubro de 2021, os militares, liderados pelo general Abdel Fatah al Burhan, dissolveu o Conselho Soberano do Sudão, Governo de transição formado por militares e civis após a queda do regime ditatorial de Omar al Bashir, deposto por um golpe em 2019, e decretou o estado de emergência. Já em Burkina Faso, em 24 de janeiro de 2022, o presidente Roch Marc Christian Kaboré foi deposto pelos militares, que dissolveram o governo e a assembleia nacional, suspenderam a constituição e fecharam as fronteiras do país. O tenente-coronel Paul Henri Sandaogo Damiba assumiu a presidência em fevereiro. No entanto, 8 meses depois, Damiba foi destituído pelos militares e o capitão Ibrahim Traoré foi nomeado presidente de governo de transição até as eleições presidenciais, programadas para julho de 2024 (CHIN; KIRKPATRICK, 2023).

Por fim, no Níger, em 26 de julho de 2023, a guarda presidencial deteve o presidente Mohamed Bazoum. Após dois dias de incertezas e negociações, o general Abdourahamane Tiani, chefe da guarda presidencial, autoproclamou-se chefe de Estado. As forças da guarda presidencial fecharam as fronteiras do país, suspenderam as instituições estatais e decretaram toque de recolher (LE MONDE, 2023).

Em quase todos esses eventos, constantes crises econômicas, falha na segurança contra a crescente jihad na região, má gestão, corrupção e subordinação ao Ocidente e o descontentamento em relação ao modo de lidar com a pandemia da Covid-19 são citados como alguns dos motivos causadores dos golpes pelos próprios líderes golpistas. No entanto, na seção a seguir, vê-se que anos de subjugação colonial e a herança deixada por esta construíram caminhos para a instabilidade política da região.

Figura 1 - Mapa da região do Sahel com destaque aos Estados que passaram por golpes entre 2020 e 2023



Fonte: elaborado pelo autor, 2023

4.2 A COLONIALIDADE COMO FORÇA MOTRIZ AOS GOLPES DE ESTADO NO SAHEL

Como exposto na seção 2, a chegada dos europeus no continente, durante o período da colonização, culminou na perpetuação da África como “O Outro”, concedendo à região uma condição de alteridade em relação ao núcleo do poder hegemônico. O *status* de “O Outro”, em oposição ao “Eu Europeu”, é uma produção imagética da identidade dos povos colonizados como atrasados e selvagens. Sem a construção de um discurso sobre “O Outro”, a dominação econômica e política da Europa sobre suas colônias não seria possível, assim como a manutenção deste *status*, fortalecendo a perpetuação da colonialidade (MUDIMBE, 1988; DOTY, 1996; SAID, 1978).

Atribuir um *status* de inferioridade na subjetividade dos povos dominados permitiu que doutrinas como a de assimilação e de associação fossem impostas. Seria, com base nessas doutrinas, fundamental parecer-se europeu, seja nos costumes, na cultura, na economia ou nas instituições políticas. Após a descolonização formal, os novos Estados formaram instituições políticas frágeis baseadas em valores eurocêtricos impostos na intersubjetividade do sujeito africano. Ideias como desenvolvimento, modernização e democratização foram impostas a esses novos atores: ideias ocidentais que não faziam parte da experiência deste povo.

Olúfẹ̀mí Táíwò (2010) examina os desafios para a modernização africana. O autor analisa como a imposição do colonialismo limitou a capacidade dos africanos de moldar suas próprias trajetórias modernas, negando-lhes a prerrogativa de escolher como serem humanos. Ele destaca que a subjetividade desempenha um papel crucial na formação da modernidade, desafiando a ideia equivocada europeia de que ser moderno significa adotar uma forma deformada no estilo ocidental. A modernidade, implica que a essência do indivíduo deve ser construída por ele mesmo. Portanto, mesmo que uma nação opte por incorporar elementos considerados "ocidentais", é crucial que o faça de maneira única e autêntica. Essa perspectiva destaca a importância de uma abordagem pessoal e genuína ao abraçar a modernidade, especialmente no contexto africano.

Viu-se, após a descolonização formal, um movimento das ex-metrópoles em formarem um modelo de organização política baseado no modelo europeu. A metrópole voltou à África para criar as novas instituições, estabelecer os seus programas de desenvolvimento econômico, formar os seus executivos e as suas elites⁸. Este modelo de organização política,

⁸ Ver seção 2.1

apoiado no capitalismo e nas ideias eurocêntricas supracitadas, faz-se frágil uma vez que essa área necessita de sistemas políticos mais robustos e, principalmente, adaptados às necessidades locais.

Os colonizadores impuseram estruturas políticas centralizadas que não levavam em conta as formas tradicionais de governança africanas. Isso tornou as instituições políticas locais enfraquecidas e contribuiu para a instabilidade política após a independência, uma vez que as estruturas tradicionais foram desvalorizadas e desconsideradas pela concepção de conhecimento estabelecida pelos europeus, propondo a expansão de um saber considerado único. A este processo, Boaventura de Souza Santos atribui o termo epistemicídio⁹. A promoção de uma educação que enfatizava valores e perspectivas eurocêntricas, desvalorizando as tradições e conhecimentos locais, durante a colonização, impactou a capacidade das sociedades africanas de desenvolver sistemas políticos e instituições que fossem culturalmente relevantes e adaptadas às suas realidades. Os Estados africanos herdaram instituições políticas e administrativas projetadas para atender aos interesses coloniais, o que contribui para a dependência contínua dessas estruturas, mesmo quando não são adequadas para abordar os desafios locais.

Há, no entanto, questões fundadas no colonialismo e cristalizadas na colonialidade que tornam e corroboram com as fragilidades das instituições. Esses Estados enfrentam longos períodos de instabilidade política e conflitos étnicos, resultantes, muitas vezes, de fronteiras arbitrárias. Durante o processo de partilha do continente africano entre as potências coloniais, foram desenhadas fronteiras que muitas vezes ignoravam as identidades étnicas, culturais e históricas das comunidades locais. Isso levou à criação de Estados artificialmente delineados, muitas vezes dividindo grupos étnicos e culturas afins. Dessa forma, criou-se condições desfavoráveis para o desenvolvimento e a sustentação de instituições democráticas, uma vez que a estabilidade é muitas vezes um pré-requisito para o funcionamento eficaz da democracia.

Alinho (2023), atribui os golpes de Estado na África à expansão e às crises do capitalismo global, mas reconhece que o problema está além desses fatores: os golpes ocorrem também por “visões evolucionistas da antropologia dominante centrada no Ocidente,

⁹ Boaventura definiu epistemicídio da seguinte maneira: “à destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas” (2009, p. 183). Uma grande contribuição ao termo de Boaventura foi feita pela filósofa brasileira Sueli Carneiro, que se apropriou do termo para compreender o racismo estrutural no Brasil: “O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indignidade cultural: [...] pela produção da inferiorização intelectual [e] pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento [...]” (2005, p. 97)

pela persistência da mentalidade colonialista e pela expansão do capitalismo global”. A autora argumenta que, durante as crises do capitalismo nos anos 1980 e 1990, os Estados africanos recorreram ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial, que implementaram seus Programas de Ajustamento Estrutural (PAEs). Esses programas impuseram a agenda neoliberal de Estados pequenos e abertos a países que não tinham consolidado as suas estruturas de governo e tinham setores privados incipientes. Os PAEs não poderiam ter bons resultados, porque, na verdade, contribuem, ou mesmo criam, armadilha da pobreza, ao forçar estes países a abrirem as suas economias antes de terem criado instituições fortes.

Ademais, os sistemas econômicos implementados pelos colonizadores visavam explorar os recursos naturais africanos para benefício das metrópoles. Isso construiu sistemas econômicos frágeis e dependentes de setores específicos, como a exportação de matérias-primas, em vez de desenvolver economias diversificadas e resilientes. Mesmo após a descolonização formal, tais sistemas não só continuaram como foram fortalecidos pela influência da ex-metrópole, que continua, até os dias atuais, a se beneficiar dos recursos naturais africanos. Isso resulta em uma desigualdade extrema e, por conseguinte, em instabilidade política em nações onde as fronteiras coloniais permanecem objeto de controvérsia e onde a descolonização política não se traduziu em descolonização econômica. Além disso, a suposição de que a liberalização econômica traria consigo a democracia revelou-se equivocada (ALHINHO, 2023).

A colonização deixou legados de desigualdades estruturais, onde as elites locais muitas vezes foram colocadas em posições de poder pelos colonizadores. Após a independência, essas estruturas persistiram com a colonialidade, criando disparidades econômicas e sociais. A insatisfação resultante é apontada como um catalisador para golpes, com grupos buscando mudanças radicais na estrutura de poder. O ponto é que, mesmo após o fim formal do colonialismo, as influências eurocêntricas continuam a desempenhar um papel importante na globalização. Instituições financeiras, modelos de desenvolvimento econômico e sistemas políticos globais frequentemente refletem uma perspectiva eurocêntrica, contribuindo para desafios contínuos relacionados à equidade global.

Em adição, a persistência da subordinação das ex-colônias africanas às ex-metrópoles contribui, e muito, na pavimentação de um caminho ao golpe. Com exceção de Chade, todos os líderes dos golpes citados, ocorridos entre 2020 e 2023, apontam essa subordinação como um dos motivos para a tomada do poder. Os militares no poder de Níger e de Burkina Faso, por exemplo, em suas primeiras medidas, romperam relações com suas ex-metrópoles, a

França, e buscaram, ativamente, vínculos com adversários do Ocidente, especialmente a Rússia. A liderança da junta em Burkina Faso, também expressou sua intenção de desenvolver laços estreitos com a China, o Irã, a Coreia do Norte e a Venezuela. Essas ações não necessariamente significam alinhamentos ideológicos, mas sim uma dinâmica que se traduz, popularmente, em: “o inimigo do meu inimigo é meu amigo”. Por outro lado, os líderes do golpe em Mali quebraram com aquela que talvez seja a maior expressão da Colonialidade e da subordinação: a língua. Assim que tomaram o poder, esses líderes rebaixaram o francês de idioma oficial à língua funcional, substituindo-o por outros 13 idiomas falados no país.

No Chade, por exemplo, a morte do líder a frente do país há mais de 30 anos, que teve, durante este tempo, apoio francês, uma vez que servia aos interesses do país europeu, fez com que, rapidamente, os militares superassem a Constituição, empossando um líder que atendesse os mesmos interesses, contribuindo para a manutenção do *status quo*, repelindo qualquer caminho político para a emancipação. Se esta ação dos militares chadianos teve apoio francês é, ainda, fonte de incertezas. O ponto é que, ainda que muitos dos golpes de Estado no Sahel objetivam uma emancipação em relação ao Ocidente, o desejo das elites em manter-se às amarras coloniais é, nesse caso, uma realidade.

As ex-colônias sahelianas continuam a depender fortemente, como já mencionado, da exportação de matérias-primas, muitas vezes controladas por empresas estrangeiras. Isso as mantém em uma posição de vulnerabilidade econômica, sujeitas a flutuações nos preços globais das commodities e sem desenvolvimento significativo de setores mais diversificados e sustentáveis. Tentando escapar de tal vulnerabilidade, estes Estados enfrentam uma carga significativa de dívida externa. Além disso, os constantes conflitos étnicos e revoltas populares forçam intervenções militares europeias na região. A fragilidade política nas antigas colônias, decorrente de divergências étnicas, falta de coesão territorial e conflitos de interesses entre as populações, intensifica a dependência em relação às ex-metrópoles.

A empreendedora e conferencista burquinabê, Ragnimwendé Eldaa Koama, evidenciou, em seu discurso na Cimeira África-França de 2021, proferido diretamente ao presidente francês Emmanuel Macron, a armadilha da “ajuda” ao desenvolvimento africano. Em sua fala, Eldaa Koama destaca que esse tipo de ajuda impede que os povos africanos emancipem-se pelas suas próprias capacidades. Esse tipo de ajuda marginaliza as capacidades intelectuais, financeiras e culturais dos países africanos, portanto, a ajuda ao desenvolvimento não serve a essa função, uma vez que atrasa o desenvolvimento ou o condiciona a um

caminho europeu deste. Eldaa Koama realça, assim, a necessidade de uma independência plena.

“A vossa ajuda está na África há quase um século. Não funciona. Saibam que África se desenvolverá por si só, através do potencial local e da diáspora e certamente na interdependência com outras nações do planeta, mas sobretudo através de colaborações saudáveis, transparentes e construtivas. [...] Se a relação entre os países africanos e a França [cabe, aqui, qualquer outra ex-metrópole] fosse uma panela, esta panela estaria muito suja. Suja pela falta de reconhecimento das atrocidades cometidas; suja pela corrupção; suja pela falta de transparência [...]. Convido-o a limpá-la, mas, se ainda assim, quiserem continuar a preparar algo nela, o povo africano não comerá. (Koama, 2021, tradução nossa.)”¹⁰

Portanto, as amarras do colonialismo, refletidas na colonialidade em suas três esferas – do poder, do saber e do ser – desempenharam um papel decisivo na colocação da região do Sahel e de toda a África em uma posição de subalternidade, subjugação e dependência. O legado dessas estruturas coloniais persiste, moldando as dinâmicas sociais, políticas e econômicas até os dias atuais, culminando nas constantes instabilidades políticas e, como consequência, nos golpes de Estado. É imperativo reconhecer e abordar essas heranças para promover uma transformação significativa, capacitando as nações africanas a romperem completamente com as correntes do passado e construir um futuro de autonomia e prosperidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a relação entre os golpes de Estado ocorridos na região do Sahel entre 2020 e 2023 e a influência da colonialidade proporcionou uma compreensão aprofundada dos complexos eventos políticos na contemporaneidade africana. O estudo proposto buscou evidenciar a causalidade da colonialidade nessas ocorrências, revelando os vínculos históricos e estruturais que moldaram o Sahel como um terreno propício para instabilidades políticas.

Sob uma primeira análise, a imposição da colonização no Sahel não se restringiu apenas à dimensão territorial e econômica; ela transcende para o âmbito do imaginário e da subjetividade. Ao analisar a perspectiva histórica do Sahel a partir da experiência com a colonização europeia, é evidente que a imposição do pensamento colonial foi um ponto-chave. A narrativa eurocêntrica, ao impor suas próprias representações, estereótipos e

¹⁰ Extraído do discurso proferido na 28ª Cimeira França-África, de 2021, em Montpellier, França. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NO7NW2FWvl&ab_channel=FRANCE24

concepções sobre a cultura, identidade e valores locais, deixou uma marca duradoura na subjetividade das populações do Sahel.

A construção de uma narrativa eurocentrista moldou a maneira como as comunidades do Sahel percebiam a si mesmas. A implementação de uma visão exterior, muitas vezes condescendente e deturpada, impactou profundamente a autoimagem das populações locais. A subjetividade das populações do Sahel foi moldada por uma ótica que perpetuava estereótipos, reforçando relações de dominação e submissão, além de uma ideia de inferioridade étnico-racial. A imposição de uma perspectiva estrangeira influenciou os sistemas educacionais, priorizando narrativas que glorificavam a cultura colonizadora e minimizam as contribuições locais.

Já em um segundo momento, a introdução do conceito de colonialidade, em especial a proposta por Quijano, ofereceu uma lente teórica valiosa para entender como as estruturas de poder estabelecidas durante a colonização persistem e influenciam as dinâmicas políticas contemporâneas. A colonialidade, como descrita por Quijano, destacou a centralidade da imposição de sistemas de controle e dominação, os quais continuam a moldar as relações políticas na região do Sahel. Essa abordagem vai além da simples análise das estruturas econômicas e sociais, adentrando nas entranhas das formas como o poder é exercido e reproduzido.

Além disso, a teoria de Quijano lança luz sobre como as dinâmicas eurocêntricas continuam a exercer influência na tomada de decisões políticas. A imposição de padrões e normas que refletem uma visão ocidental do poder e da autoridade pode ser observada na formulação de políticas e nas práticas governamentais, criando desafios para a construção de sistemas políticos verdadeiramente autônomos e representativos.

Em última análise, a descrição minuciosa de como a colonialidade e o eurocentrismo deixaram sua marca nos golpes de Estado ocorridos no Sahel africano entre 2020 e 2023 destaca de maneira incontestável a presença tangível das heranças coloniais nos conflitos políticos contemporâneos. Essa análise revela como a persistência das estruturas de poder hierárquicas, a marginalização do pensamento intelectual africano e a exploração de recursos são, sobretudo, resultados de uma influência duradoura exercida pela nação colonizadora sobre sua ex-colônia.

Dessa forma, a persistência da colonialidade no Sahel africano evidencia-se como um fator determinante na compreensão dos eventos políticos contemporâneos. A superação dessas dinâmicas exige uma abordagem crítica que reconheça e enfrente as estruturas profundamente

enraizadas herdadas do passado colonial, visando promover uma governança mais justa, inclusiva e autenticamente representativa na região.

A exploração aprofundada da duradoura influência da colonização no Sahel emerge como uma peça essencial para decifrar os complexos desafios políticos e sociais que permeiam a região nos dias de hoje. Este trabalho pode servir como um ponto de partida para pesquisas futuras, incentivando uma análise mais detalhada das dinâmicas políticas, econômicas e culturais na região do Sahel. Recomenda-se que estudos subsequentes explorem as nuances das relações pós-coloniais, destacando a interconexão entre fatores históricos e desafios contemporâneos. Além disso, a compreensão das estratégias de resistência e resiliência das comunidades sahelianas diante da persistência dessas influências coloniais pode oferecer *insights* valiosos para iniciativas de desenvolvimento sustentável. Sugere-se, ainda, que pesquisas futuras se aprofundem na diversidade de vozes e experiências locais, contribuindo para a construção de abordagens mais inclusivas e eficazes. Em adição, trazer uma análise de discursos e as contribuições da opinião pública, tanto europeias quanto africanas e sahelianas, pode fornecer um rico recurso para o entendimento de como os golpes de Estado são percebidos por essas populações.

Por fim, avalia-se que, embora os golpes possam, em alguns casos, ser percebidos como uma expressão de resistência e emancipação saheliana, impregnados de um profundo repúdio ao Ocidente e, especialmente, à herança colonial, é crucial reconhecer a ambiguidade subjacente a esses eventos. Por um lado, eles podem servir como meios de subverter estruturas opressivas e reivindicar autonomia; por outro, contudo, existe o risco significativo de que, ao assumirem o controle, os protagonistas desses golpes inadvertidamente perpetuem dinâmicas coloniais em suas tentativas de consolidar o poder.

A complexidade dessa dinâmica reside na tensão entre os ideais anti-coloniais que frequentemente motivam os golpes de Estado e a possibilidade de que, uma vez no poder, os líderes adotem práticas que reforçam, ao invés de dismantelar, a influência colonial. Esta ambiguidade destaca a necessidade de uma análise contextualizada e sensível às nuances, reconhecendo não apenas as aspirações emancipatórias, mas também os desafios intrínsecos associados à governança pós-golpe no Sahel. Este entendimento é crucial para promover uma análise abrangente e informada, que transcenda as dicotomias simplistas e aborde a complexidade das relações entre colonialidade e instabilidade política no Sahel.

REFERÊNCIAS

- ALHINHO, Júlia. Global capitalism crisis fueling coups and instability in Africa. **Frontiers In Political Science**, [S.L.], v. 5, 27 jul. 2023. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpos.2023.1059151/full>. Acesso em: 25 nov. 2023.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S.L.], n. 11, p. 89-117, ago. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- BAIER, Stephen. O Saara no século XIX. In: AJAYI, J. F. Ade (ed.). **História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880**. Brasília: Unesco, 2010. Cap. 20. p. 591-618. (História Geral da África da UNESCO). Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000084953_por/PDF/190254por.pdf.multi.nameddest=84953. Acesso em: 15 out. 2023.
- BARBÉ, Carlos. Golpe de Estado. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 545-547.
- BELMESSOUS, Saliha. **Assimilation and Empire: uniformity in french and british colonies, 1541-1954**. Oxford: Oxford University Press, 2013. 244 p.
- BIYIDI, Odile; GRANYAUD, Raphael; TARRIT Fabrice; WATTENBERG, Antonin Wattenberg; CHAREUTON, Alexis; THIMONIE, Olivier. **La France colonial: d'hier et d'aujourd'hui**. Paris: Survie, 2006. Disponível em: https://survie.org/IMG/pdf_brochure_Survie._La_France_coloniale_d_hier_et_d_aujourd_hui._v2006.pdf. Acessado em: 21 out. 2023.
- BOAHEN, Albert Adu (ed.). **História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010. 1040 p. (História Geral da África da UNESCO). Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/notice?id=p%3A%3Ausmarcdef_0000190255&queryId=d8f2ad85-5836-4e38-a7e5-de125d476169&posInSet=16. Acessado em: 15 out. 2023.
- CANALE, Jean Suret; BOAHEN, A. Adu. A África ocidental. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (ed.). **História geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: Unesco, 2010. Cap. 7. p. 191-228. (História Geral da África da UNESCO).
- CARNEIRO, Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, FEUSP, 2006. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em 25 nov. 2023.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **Pós-colonialidade explicada às crianças**. Belo Horizonte: Letramento, 2005. 100 p. Tradução de Rafael Leopoldo.
- CHAZAN, Naomi; MORTIMER, Robert; RAVENHILL, John; ROTHCHILD, Donald. **Politics and Society in Contemporary Africa**. 2. ed. Boulder: Lynne Rienner Publishers, Inc, 1992.

CHIN, John J; KIRKPATRICK, Jessica. African coups in the COVID-19 era: a current history. **Frontiers In Political Science**, [S.L.], v. 5, 27 mar. 2023..

CHINWEIZU. A África e os países capitalistas. In: MAZRUI, Ali A. (ed.). **História geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: Unesco, 2010. Cap. 26. p. 927-963. (História Geral da África da UNESCO).

DOTY, Roxanne Lynn. **Imperial Encounters: the politics of representation in north-south relations**. 5. ed. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 1996. 232 p.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (comp.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Clacso, 2000. Cap. 2. p. 39-51.

ENONCHONG, Laura-Stella. Chad's 'covert coup' and the implications for democratic governance in Africa. **The Conversation: Academic rigour, journalistic flair**. 4 maio 2021. Disponível em: theconversation.com/chads-covert-coup-and-the-implications-for-democratic-governance-in-africa-159725. Acesso em: 25 nov. 2023.

GROSFOGUEL, Ramón. A decolonial approach to political-economy: Transmodernity, border thinking and global coloniality. **Kult**, v. 6, n. 1, p. 10-38, 2009.

HOBBSAWM, Eric J.. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 588 p. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo.

KOAMA, Ragnimwendé Eldaa. In: 28E SOMMET AFRIQUE-FRANCE. 2021, Montpellier. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NO7NW2FWvlg&ab_channel=FRANCE24. Acesso em: 25 nov. 2023.

LE MONDE. **Niger: comprendre la situation après le coup d'Etat en six questions**. 9 ago 2023. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/le-monde-africa/article/2023/08/10/niger-six-questions-to-understand-the-situation-after-the-coup_6087686_124.html. Acesso em: 25 nov. 2023.

LUTTWAK, Edward. **Coup d'état: a practical handbook**. Cambridge: Harvard University Press, 1969.

MALDONADO-TORRES, Nelson. On the Coloniality of Being: contributions to the development of a concept. **Cultural Studies**, [S.L.], v. 21, n. 2-3, p. 240-273, 2007.

MARSTEINTREDET, Leiv; MALAMUD, Andrés. Coup with Adjectives: conceptual stretching or innovation in comparative research?. **Political Studies**, [S.L.], v. 68, n. 4, p. 1014-1035, 27 nov. 2019. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0032321719888857>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/epub/10.1177/0032321719888857>. Acesso em: 25 nov. 2023.

MAZRUI, Ali A.. “Procurai primeiramente o reino político...”. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (ed.). **História geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: Unesco, 2010. Cap. 5. p. 125-150. (História Geral da África da UNESCO).

MCNAMARA, Francis Terry. **France in Black Africa**. Washington: National Defense University Press Publications, 1989.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2014.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediencia Epistémica: Retórica de la Modernidad, Lógica de la Colonialidad, y Gramática de la Descolonialidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

MUDIMBE, Valentin-Yves. **A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1988.

NDLOVU-GATSHENI, Sabelo J. **Empire, Global Coloniality and African Subjectivity**. Oxford: Berghahn Books, 2013.

NYE, Joseph S.. **Compreender os conflitos internacionais: uma introdução à teoria da história**. Lisboa: Gradiva, 2011.

NYE, Joseph S.. **What Caused the Ukraine War?** 2022. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/what-caused-russia-ukraine-war-by-joseph-s-nye-2022-10?barrier=accesspaylog>. Acesso em: 30 nov. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almeida, 2009. Cap. 2. p. 73-117.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, Marília, v. 17, n. 37, p. 4-28, jul. 2002.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality and Modernity/Rationality. **Cultural Studies**, Londres, v. 21, n. 23, p. 168-178, 2007.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Lisboa: Seara Nova, 1975.

SAID, Edward W.. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1978. 528 p. Tradução de Tomás Rosa Bueno.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almeida, 2009.

SILVA, Karine de Souza. “Esse silêncio todo me atordoa”: a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. **Revista de Informação Legislativa: RIL**, Brasília, v. 58, n. 229, p. 37-55, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p37. Acesso em: 16 nov. 2023.

TRAUMANN, Andrew Patrick; MENDES, Fernanda Celli Correa. A PARTILHA DA ÁFRICA E O HOLOCAUSTO QUE O MUNDO NÃO RECONHECEU. **Revista Relações**

Internacionais do Mundo Atual, Curitiba, v. 1, n. 20, p. 253-275, jan. 2015. Disponível em: <https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/1238>. Acesso em: 15 out. 2023.

TÁÍWÒ, Olúfémi. **How Colonialism Preempted Modernity in Africa**. Indianapolis: Indiana University Press, 2010.

VIDROVITCH, Catherine Coquery. **Petite histoire de l'Afrique**: l'Afrique au sud du sahara de la préhistoire à nos jours. Paris: La Découverte, 2011. 224 p.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario T.; PEREIRA, Analúcia Danilevich. **A história da África e dos africanos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.